assistente da área de medicina geral e familiar, da carreira especial médica, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Oeste Sul, com a remuneração base de 2.746,24€ (dois mil setecentos e quarenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos), ficando posicionada no nível remuneratório 45 da respetiva categoria.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Dr. Joaquim Eduardo da Silva Moura — Assistente Graduado Sénior de MGF e Presidente Conselho Clínico e da Saúde.

- 1.º Vogal Efetivo: Dr. António José Silva Lopes Costa Assistente Graduado de MGF
- 2.ª Vogal Efetivo: Dr.ª Maria Jesus Godinho Rosário Magalhães Assistente Graduada de MGF
- 1.º Vogal Suplente: Dr. Armando José Amorim Monteiro Assistente Graduado Sénior de MGE
- Graduado Sénior de MGF 2.º Vogal Suplente: Dr.ª Marília Delgado Paulo Lopes Costa — Assistente Graduada de MGF

O período experimental iniciou-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1 do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto e de acordo com o n.º 5 da cláusula 20.º, do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009.

27 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

209963133

Declaração de retificação n.º 1073/2016

Por ter saído com inexatidão no D.R. 2. a série, n. o 152, de 09/08/2016, o despacho (extrato) n. o 9812/2016, retifica-se que onde se lê:

«[...] com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015 [...]»

deve ler-se:

«[...] com efeitos a partir de 01 de novembro de 2015 [...]»

14 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

209964487

Despacho (extrato) n.º 13121/2016

Por despacho da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 23/08/2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade, na categoria, à técnica de 2.ª classe, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica — área de Terapia Ocupacional, Antónia Maria de Oliveira Torres Ferreira, pertencente ao mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Médio Tejo/Unidade de Abrantes — para exercer funções na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Lisboa Central, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

14 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

209965783

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Aviso n.º 13504/2016

No seguimento do procedimento simplificado de recrutamento de pessoal médico, da carreira médica hospitalar, com a especialidade de ginecologia/obstetrícia que concluíram o respetivo internato médico na 2.ª época de 2015, para preenchimento de quatro postos de trabalho na categoria de assistente, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e conforme aviso n.º 5669-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 2 de maio de 2016, torna-se público que o procedimento cessou por desistência dos candidatos.

24 de outubro de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

209967208

Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

Despacho n.º 13122/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 19 de outubro de 2016, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal desta Direção-Geral, da assistente técnica, Sandra Isabel Rodrigues de Barros Carvalho Lopes Cardoso, com remuneração idêntica à atualmente detida, entre a 4.ª e 5.ª posição e entre o 9.º e 10.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

O presente despacho produz efeito desde 19 de outubro de 2016.

24 de outubro de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos José Liberato Baptista*.

209968334

Despacho n.º 13123/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 19 de outubro de 2016, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal desta Direção-Geral, do assistente técnico, Carlos Manuel Fernandes Gonçalves, com remuneração idêntica à atualmente detida, entre a 2.ª e 3.ª posição e entre o 7.º e 8.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

O presente despacho produz efeito desde 19 de outubro de 2016.

24 de outubro de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos José Liberato Baptista*.

209967921

Hospital do Arcebispo João Crisóstomo Cantanhede

Aviso (extrato) n.º 13505/2016

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea *b*), do artigo 4.°, da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que aos dezasseis dias do mês de agosto de 2016, na sequência de procedimento concursal, foi celebrado entre o Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede e Luís Carlos Antunes Claro, Inês Mariana Gomes Santos e Sara Alexandra de Jesus Oliveira, Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com efeitos à mesma data, com a categoria de Enfermeiro, da carreira de enfermagem, com a remuneração de 1.201,48€ (mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos), correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única.

24-10-2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *António José Costa Sequeira*.

209968415

Hospital Dr. Francisco Zagalo

Deliberação (extrato) n.º 1676/2016

Por deliberação de 21.09.2016 do Conselho de Administração do Hospital Dr. Francisco Zagalo — Ovar, foi autorizada a redução de mais 1 hora do seu horário semanal (de 40 para 39 horas semanais), nos termos do n.º 10, artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º 73/90, de 06 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04 de agosto e CI n.º 06/2010 da ACSS, de 06 de junho, com efeitos à data da deliberação, à Assistente Graduada de Pediatria Maria de Fátima de Jesus da Costa Madruga.

24.10.2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Vaz.* 209965078

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Aviso n.º 13506/2016

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o n.º 6 do artigo 46.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que, por despacho de 04 de outubro de 2016, do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, no exercício das competências que lhe estão atribuídas, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora do quadro infra, da carreira dos Técnicos Superiores de Saúde (ramo de laboratório), categoria de Assistente, em exercício de funções neste Instituto, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Nome	Avaliação final
Gabriela Maria Mesquita Rangel	15,00

20 de outubro de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209966439

Despacho (extrato) n.º 13124/2016

Por despacho do Presidente do Conselho Diretivo de 12/10/2016:

Armindo Antunes Geraldo Apóstolo, Enfermeiro Chefe, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Instituto — autorizado o regime de acumulação de funções privadas, ao abrigo dos artigos 22.º e 23.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, na NephroCare Portugal, S. A., pelo período de um ano.

20 de outubro de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209966399

Despacho (extrato) n.º 13125/2016

Anabela Fernanda Carvalho de Figueiredo Marques Metelo, Técnica Principal de Análises Clínicas e Saúde Pública, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Instituto — autorizado o regime de acumulação de funções privadas, ao abrigo dos artigos 22.º e 23.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, no Laboratório Aeminium, L.da, pelo período de um ano.

21 de outubro de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209966511

AMBIENTE

Secretaria-Geral

Aviso n.º 13507/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora Lígia Maria dos Santos Rodrigues concluiu com sucesso o período experimental de função, na carreira técnica superior, tendo obtido no seu termo, a avaliação final de 15,30 valores, homologada por despacho da Secretária-Geral Adjunta, de 18 de outubro de 2016.

25 de outubro de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*. 209968934

Aviso n.º 13508/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora Lídia de Jesus das Neves Gonçalves concluiu com sucesso o período experimental de função, na carreira técnica superior, tendo obtido no seu termo, a avaliação final de 16 valores, homologada por despacho da Secretária-Geral Adjunta, de 5 de agosto de 2016.

25 de outubro de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*. 209968894

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Aviso n.º 13509/2016

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e o trabalhador Nuno Alexandre Pires Sequeira, com efeitos a partir do dia 15 de outubro de 2016, ficando o mesmo integrado na categoria/carreira de técnico superior, posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

24 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

209968156

Aviso (extrato) n.º 13510/2016

Avaliação final do período experimental

Por meu despacho de 27 de setembro de 2016, e nos termos do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Tiago da Silva Benavente, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 17,30 valores, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com esta Agência, para o desempenho de funções da carreira/categoria de técnico superior.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do anexo à referida Lei n.º 35/2014, o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

209969047

Aviso (extrato) n.º 13511/2016

Avaliação final do período experimental.

Por meu despacho de 27 de setembro de 2016, e nos termos do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Raquel Preto Miguel Jardim Cascais, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 18,60 valores, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com esta Agência, para o desempenho de funções da carreira/categoria de técnica superior.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do anexo à referida

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do anexo à referida Lei n.º 35/2014, o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

209969014

Aviso n.º 13512/2016

Nomeação do júri do período experimental

Na sequência de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., aberto pelo Aviso n.º 5718/2016, publicado no DR, 2.ª série, n.º 85, de 3 maio de 2016, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o período experimental de 180 dias, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016, com a trabalhadora Sara Regina Fernandes Costa.

Para os efeitos previstos no artigo 45.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, mediante despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. de 7 de outubro de 2016, o júri do período experimental do contrato tem a seguinte composição: Presidente: Paulo Alexandre Gomes Sanches Bernardo Monteiro — Diretor do Departamento Jurídico;